

As fontes em tempos de D. João: abastecimento de água e escoamento de esgoto no Rio de Janeiro oitocentista¹

Dilene Raimundo do Nascimento

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, dilene@coc.fiocruz.br.

Matheus Alves Duarte da Silva

Bolsista Provoç na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

¹ Este artigo está inserido no projeto de pesquisa *O ambiente da Corte: o Rio de Janeiro visto pelos médicos (1798-1835)*, coordenado por Lorelai Kury, desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz.

INTRODUÇÃO

Os problemas relativos à água no Brasil são inúmeros e atuais. As secas constantes no Nordeste, a construção de barragens e hidrelétricas, a falta de saneamento básico e de água encanada em grande parte do país e, atualmente, a questão da transposição do Rio São Francisco, são alguns deles. Não é de hoje, contudo, que a população brasileira, em especial a da cidade do Rio de Janeiro, se defronta com tais problemas.

Este artigo pretende mostrar as diversas dificuldades que se interpuseram ao desenvolvimento e ao povoamento da cidade relativos a esta problemática, focalizando o período de permanência da Família Real.

Com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se palco de um significativo crescimento demográfico. Além dos 15.000 novos habitantes vindos do além-mar, a cidade passou a atrair toda espécie de pessoas, da nobreza aos mais simples trabalhadores, que se dirigiam à sede da Corte em busca de novas oportunidades. Amplificaram-se, dessa forma, os problemas já existentes em relação ao abastecimento de água e escoamento de águas pluviais e dejetos. No debate e na busca de resolução desses problemas, a medicina tem uma relevante função².

² Sobre a constituição da medicina no Brasil, do período colonial até o surgimento da República, é fundamental a obra de MACHADO, MURICY, LUZ & LOUREIRO, 1978.

As poucas descrições médicas que temos da cidade no período pintam um quadro alarmante: insalubre, úmida, quente, abafada, em função da disposição de seus morros, do traçado das ruas, da localização dos cemitérios, dos pântanos, além dos costumes e asseio de seus habitantes.

Na concepção da época, o adoecimento e a saúde eram compreendidos como intimamente ligados aos hábitos de vida das populações e em decorrência

3 Sobre a medicina do espaço urbano, ver FOUCAULT, 1979.

do ambiente. Havia uma forte crença nas influências do clima e do ambiente na saúde, nos temperamentos e humores. É nessa concepção que se inscreveu a denominada *medicina do espaço urbano*, que se caracterizava por três grandes objetivos: analisar os lugares onde poderiam se formar e se reproduzir as doenças (por exemplo, a questão da localização dos cemitérios); realizar o controle da circulação das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar, na medida em que esses eram considerados os principais fatores etiológicos das doenças, e organizar o esquadrinhamento dos diferentes elementos necessários à vida comum da cidade. Tratava-se principalmente do problema das fontes de água, do escoamento das águas pluviais e dos esgotos³. Os diagnósticos médicos da época quanto ao problema de insalubridade da cidade do Rio de Janeiro indicam que, apesar dos problemas de ordem natural, seria possível, com o socorro da arte, o controle dos hábitos, e com medidas gerais de reordenamento urbano, tornar a Corte um lugar habitável.

Dessa maneira, este artigo pretende discutir a questão das águas, seja a obtenção de água potável, seja o escoamento das águas pluviais, bem como o escoamento dos dejetos, na cidade do Rio de Janeiro, no período em que a Família Real aqui esteve (1808-1822). Analisaremos as estratégias adotadas, no sentido de atenuar a insalubridade da cidade, verificando como a população se posicionava e de que maneira instava seus governantes a resolverem esses problemas, assim como as medidas tomadas pelas autoridades públicas no encaminhamento dessas questões.

As fontes utilizadas nesta análise são cartas, jornais, relatórios médicos, relatos de viajantes, bem como obras historiográficas sobre o período estudado, que, na sua maioria, encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). São também utilizadas imagens relativas ao período e mapas, também encontrados no Arquivo, de modo a facilitar o entendimento dos assuntos relacionados.

1. O SISTEMA DE ÁGUAS NO RIO DE JANEIRO

ÁGUA POTÁVEL

Um dos problemas centrais que acompanhou o Rio de Janeiro, desde a sua fundação até a chegada da Família Real em 1808, foi a questão da água, tanto no que diz respeito à obtenção de água potável, ao escoamento das águas pluviais, quanto à drenagem e ao aterramento de regiões alagadiças.

A localização do primeiro sítio da cidade, no alto do morro do Castelo, já impunha dificuldades para os problemas acima descritos, principalmente a obtenção da água potável, pois dado que se encontrava em um lugar elevado e distante dos córregos, esta ocorria rusticamente através de poços artesanais. Com o crescimento populacional, o morro do Castelo foi sendo abandonado progressivamente em relação às várzeas. Com isso, a problemática do abastecimento aumentou consideravelmente, pois era necessária a obtenção de uma maior quantidade de água potável, de modo a suprir a população, uma vez que os poços já não conseguiam mais atender às necessidades satisfatoriamente (Cavalcanti, 2004).

A solução estava no distante rio Carioca, fonte abundante de água potável. A água inicialmente era transportada por aguadeiros e, a partir de 1723, pelo aqueduto da Carioca, que a trazia do rio até o chafariz, localizado no Largo de Santo Antônio. Concluído esse primeiro chafariz, outros começaram a ser construídos pelos vice-reis, de modo a aumentar a rede de abastecimento de água para uma cidade que crescia rapidamente e, até o momento da chegada da Corte ao Brasil, contabilizavam um total de onze. A construção do aqueduto remonta ao ano de 1617, quando a Câmara tomou as primeiras providências em virtude das necessidades da população (ibid.).

A importância do rio Carioca era tão grande para o abastecimento da cidade que havia uma legislação ambiental especial, de modo a proteger as águas que seriam usadas pela população, bem como a mata que as cercava. Tal procedimento fica evidente na carta de sesmaria concedida pela Câmara a Francisco de Pina em 1611, que impõe uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção do rio:

“Com tal que ele não fará prejuízo e água da dita carioca, antes a terá limpa como se requer e não plantará coisa alguma assim de roça como de bananais e legumes e as mais coisas que se plantam. Ao longo do dito Rio ficarão cobertas de mata virgem, o qual não se derrubará, nem se cortará de maneira que esteja sempre de pé, e quando servir-se do dito Rio com sua água assim pra beber e lavar a roupa fará na parte e lugar pra isso” (apud ibid., p.35).

ESCOAMENTO DAS ÁGUAS

Se, em 1808, o problema do abastecimento de água estava razoavelmente solucionado, o mesmo não se pode afirmar do seu escoamento. Antes da chegada da Família Real, a questão já era um problema e, à medida que a cidade aumentava, piorava. Desde o ano de 1798, o poder público já era alertado sobre os problemas que as estagnações da água, sendo elas fluviais ou pluviais, traziam para a cidade. Nesse ano, três médicos responderam a questões sobre as doenças “endêmicas” e “epidêmicas” da cidade do Rio de Janeiro, propostas pela Câmara, apontando soluções para diversos problemas da cidade, entre eles as doenças causadas pelas estagnações. Os três médicos que acolheram as indagações da Câmara foram Manuel Joaquim Marreiros, Bernardino Antonio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros. Tais relatos foram publicados no ano de 1813 pelo jornal *O Patriota*⁴ e dão conta de diversos problemas que a cidade possuía por conta do escoamento precário, entre eles as doenças que se acreditava serem causadas pela estagnação das águas, como atesta o depoimento do Dr. Manuel Joaquim Marreiros:

“O Rio de Janeiro, (...), ocupa lugar numa vastíssima planície que representando o fundo de uma baía, e circundada por uma cadeia de serras empinadas, mananciais de copiosíssimas águas, as quais, apesar de caudalosos rios, que as conduzem ao braço do mar, intrometido em forma de uma baía, em muitas partes estagnam, pela pouca inclinação do terreno, todo baixo, a respeito do nível do mar, evaporando-se lentamente por falta do movimento do ar: este degenera da sua pureza impregnado de água, hidrogênio e inflamável, proveniente dos charcos, (...), dispõe os corpos para as acrimônias particulares, matrizes de erisipelas, impingens, sarnas, edemas crônicos e da doença vulgarmente chamada de Mal de São Lázaro, de febres” (O Patriota, 1813 (1), 60).

⁴ *O Patriota* veio a público em 1813 e 1814 por meio da Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro em 1808. Seu editor, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), era, na época, o responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, espécie de órgão oficial do governo.

Não só a estagnação das águas dos rios era um problema para o Rio de Janeiro, mas também a dificuldade de escoamento das provenientes das chuvas. Isto era prejudicial ao clima da cidade, o que fica claro pelo depoimento do médico Bernardino Gomes à Câmara:

“Segue-se mais que se devem ter por causas, ainda que mais remotas, as que fazem a umidade do clima. (...) A planície da cidade é também visível, que desta sorte não há escoante, ou esgoto para as águas das chuvas, e que, portanto tem estas de secar-se maiormente pela evaporação que exala o sol” (O Patriota, 1813 (2), 57-58).

Outro documento que corrobora o prejuízo causado pela estagnação das águas é a Memória apresentada em 1816, pelo engenheiro João Manoel da Silva, intitulada “Regime das Águas”. Tal documento encontra-se atualmente no Arquivo

Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nele o autor tenta mostrar como funciona o ciclo das águas no Rio de Janeiro e quais são os problemas causados por este, bem como propõe soluções, afirmando entre outras que são necessárias obras de aterramento na cidade para melhoria da saúde pública.

Sobre a estagnação e seus malefícios ele discorre:

“entre o Vallongo e Sant’Anna, onde agora se abriram novas ruas ficam debaixo de água, e posto existem nelas por muito tempo lagoas, os quais não se esgotam senão pela evaporação causada pelo Sol. O quanto isto é prejudicial à saúde é claro e manifesto” (Silva, 1811, p.5).

Ele finaliza o documento, ressaltando que se a obra proposta não for feita por pessoas competentes,

“[a cidade] experimentará sempre catástrofes iguais à deste ano, e sofrerá todos os anos a epidemia de biliosas e intermitentes, precedidas das inundações das casas e das pútridas evaporações dos muitos e grandes pântanos que há dentro e fora da cidade” (ibid.).

Segundo a concepção médica da época, e que era corroborada pelos três médicos, as águas estagnadas, principalmente as dos pântanos e charcos, eram prejudiciais à saúde, pois delas emanavam eflúvios e miasmas pestíferos – o que também fica claro na Memória de João Manoel da Silva –, que seriam capazes de contaminar a população com toda sorte de doenças. Para tanto, não faltavam medidas visando combater as águas estagnadas, entre elas propunham os médicos: o nivelamento das ruas de modo a facilitar o escoamento, o aterramento dos pântanos, e a construção e limpeza das valas. Dentre as medidas citadas, duas merecem destaque pela abrangência que obtiveram na cidade e suas conseqüências.

PÂNTANOS E CHARCOS

Como já se viu anteriormente, aos pântanos e charcos existentes na cidade era creditada, em parte, a culpa por diferentes males que se abatiam sobre o Rio de Janeiro, principalmente um grande número de doenças. Por esta razão, a grande maioria dos médicos e encarregados da saúde pública achava que destruindo-os se resolveria grande parte do problema.

A relação entre o Rio de Janeiro e as terras alagadiças era antiga e remonta ao início do povoamento da cidade, uma vez que o sítio original encontrava-se sobre uma região de pântanos onde foi vital vencê-los de modo a poder se povoar a região. Somente na área central existiam cinco grandes lagoas, sendo elas:

Boqueirão, Sentinela, Desterro, Pavuna e Santo Antônio. O aterramento destas perfaz um total de duzentos anos, tendo a última — a do Boqueirão — sido aterrada no governo do vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e transformada no primeiro Passeio Público da cidade, em 1783.

Além das lagoas, outro grande entrave à colonização da cidade eram os pântanos. Antonio Joaquim de Medeiros foi bastante enfático ao responder à Câmara sobre as águas estagnadas na cidade do Rio de Janeiro:

“as águas estagnadas, que apodrecendo pelo grande calor, exalam os mais pestíferos vapores. Somente os eflúvios, que emanam das águas encharcadas, que perenemente existem dentro da cidade, os vapores, que lançam as imundícies amontoadas nos largos e praças, e o grande fedor, que vem de uma grande vala, que se abriu para dar escoante as águas, mais que serve para despejo dos moradores circunvizinhos, bastariam para fazer do Rio de Janeiro endêmico, quanto mais concorrendo outra coisa mais poderosa, que as primeiras. O ar úmido e quente, que combinando-se com os eflúvios das imundícies fica mais alterado, mais corrupto, mais degenerado e mais capaz de produzir enfermidades” (O Patriota, 1813 (3)).

Medeiros traça um quadro bastante desolador da capital do Brasil. Kury (2007, p.163) assinala que o editor de *O Patriota* teve a preocupação de ressaltar, em nota ao pé da página, que sua intenção ao publicar tais textos teria sido mostrar como grande parte das causas das doenças “se tem desvanecido depois que esta Cidade tem a honra de ser a Corte do Nosso Augusto Soberano”.

Os maiores pântanos existentes na cidade eram o de São Diogo e o de Pedro Dias, o primeiro localizado na Cidade Nova. A drenagem do mangue de São Diogo era imprescindível para a cidade, uma vez que esta se expandia e já não possuía novos lugares para habitar. Deste modo, por meio de sucessivos aterros e drenagens, o mangue foi parcialmente vencido ainda no século XVIII, já estando na época da chegada da Família Real em quase sua totalidade aterrado, existindo diversas habitações na região.

Já o de Pedro Dias estava localizado entre os morros de Santa Teresa, Senado e Pedro Dias Paes Leme. A localização deste pântano encontrava-se em uma área de grande crescimento populacional no século XIX, o que tornava a sua destruição vital, visto que, além de ser um impedimento à povoação, era um foco de doenças. Para seu arrasamento foram utilizadas as terras dos morros que o circundavam, o que já era previsto e solicitado pelo engenheiro João Manoel da Silva:

“De quanto melhorará a saúde pública com esta obra [o aterramento do pântano] é indizível: basta dizer que se faz desaparecer o maior dos pântanos que há no meio da cidade, o qual existe todo ano exalando vapores pútridos e pestíferos. Para o aterro, a providencia pôs junto do grande pântano dois morros, que são o de santo Antonio e o de Pedro Dias Paes Leme”.

Ainda em 1798, a destruição desta e de outras regiões pantanosas já era solicitada junto às autoridades, conforme fica claro no depoimento do Dr. Joaquim de Medeiros:

“É da primeira necessidade que se dêem as últimas providências, para se secar, não somente das águas das chuvas, que se acham represadas dentro da cidade, e sem expedição para o mar, com as águas estagnadas pelas grandes marés nos arrabaldes da cidade. Por enquanto, não somente resultaria ao povo a destruição de uma causa constante e poderosa das enfermidades do País, a respeito dos lugares pantanosos, fermento de febres podres e intermitentes, senão que aproveitaria mais este terreno inculto e sem valia, quer para as casas, quer para a lavoura: o povo vai crescendo consideravelmente, e entretanto não tem a cidade lugar para onde se estenda que não seja pantanosa” (ibid.).

2. O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS E DOS DEJETOS

Em uma época em que não existia sistema de esgotos nem, muito menos, de tratamento destes, havia apenas três soluções para o escoamento dos dejetos humanos no Rio de Janeiro, conforme lista o viajante inglês John Luccock.

A primeira, utilizada pelas casas não tão abastadas, consistia em acumular o lixo no pátio da residência esperando que as chuvas tropicais o levassem. A segunda, e muito pitoresca, era a utilização de escravos que deveriam carregar os dejetos em tinas levadas às costas e despejá-los na Baía de Guanabara. Tal solução obviamente era utilizada apenas pelos mais ricos, que podiam arcar com este serviço. À tina era dado o nome de “tigre” e aos negros que desempenhavam tal função era dado o nome de “tigreiro”, em virtude das listras brancas que se formavam em suas costas decorrente das queimaduras provocadas pela amônia e pela uréia, presentes nos dejetos e que eventualmente escorriam sobre eles (Gomes, 2007).

A terceira solução era derramar o lixo nas ruas que possuíam valas, ou nas próprias, e esperar que estas o levassem até o mar. Dada a facilidade e abundância delas, este se tornou o principal meio de despejo dos dejetos, bem como de outros materiais, conforme se verá a seguir.

É óbvio que todas estas três soluções transformavam a cidade num lugar insuportável para se viver, não só pelo cheiro que exalavam as ruas, por conta das imundícies ali presentes, bem como por todas as conseqüências que essas práticas acarretavam, tais como a multiplicação de ratos e baratas, e uma proliferação de doenças. Quem melhor resume o que era a cidade, nessa época, é o próprio John Luccock, pois para ele o Rio de Janeiro era “o mais imundo dos ajuntamentos de seres humanos de baixo do céu” (Luccock, 1975).

Sobre o escoamento dos dejetos, Manuel Joaquim Marreiros alerta que se deve evitar fazê-lo ao longo das praias, pois:

“não havendo saída pela fraca ação da maré em tais sítios se exala o mais pestífero cheiro, em que todos experimentam, e menos nos diversos esterquilínios, que a miséria e a indolência continuamente fabricam” (O Patriota, 1813 (1), 62).

Não faltavam, também, idéias que visassem acabar com esse problema, uma delas, sugerida pelo próprio Dr. Manuel Joaquim Marreiros, dava conta de:

“Já tem sido lembrado o arbítrio das barcas que recebendo os despejos por pontes as mais extensas, que possível for, na hora da vazante, sejam conduzidas a reboque até fora da barra, por onde válvulas se desonem”.

Além de muito custosa, a tecnologia da época não permitia a construção de tal engenho, o que foi determinante para que a idéia não fosse posta em prática. Sendo assim, no momento da chegada da Família Real, as formas mais “modernas” de escoamento de esgoto eram as mais conhecidas, sendo a principal delas as valas.



Gravura de um escravo carregando uma tina de dejetos (acervo FBN).

AS VALAS

Se hoje em dia as valas são sinônimo de regiões subdesenvolvidas e com sérias deficiências ou total falta de saneamento, o mesmo não se pode dizer do Rio de Janeiro do início do século XIX. Nessa época, elas eram a grande solução para diversos problemas na cidade, como o escoamento de águas pluviais e dos dejetos da população, e eram consideradas um grande avanço técnico na resolução destas questões. Com esse objetivo, o povo instava seus governantes para a construção e a manutenção delas.

A primeira grande vala remonta à construção do aqueduto da Carioca e do chafariz no Largo de Santo Antonio. A quantidade de água que jorrava era tão grande que ultrapassava a demanda por ela e acabava transbordando e inundando a região do largo, transformando-o num grande lago. A região, portanto, tornou-se um criadouro de mosquito e um empecilho para aqueles que vinham se servir da água, o que obrigou à construção de uma grande vala, de modo a es-

coar esta água que sobrava para o mar. A esta rua, que abrigava a vala, foi dado o nome de rua da Vala, que hoje se estende pelas ruas Uruguaiana e do Acre, e que desembocava na Prainha.

Outra função a que serviram as valas foi dar escoamento aos pântanos enquanto eles não eram aterrados, conforme lembra o engenheiro José Manoel da Silva:

“este escoamento [das águas do pântano] não se pode fazer se não por meio de valas espaçosas e multiplicadas enquanto não houver um canal onde vão dar, e enquanto se não fizer o aterro” (Silva, op.cit., p.2).

A grande função, porém, a que serviam as valas era dar escoamento aos dejetos humanos ou à canalização das águas da chuva. Portanto, o período da estadia da Família Real no Brasil é o momento em que a necessidade das valas aumenta, em virtude do crescimento populacional e da tentativa de saneamento e embelezamento da nova capital do império português, por conta de D. João VI. Tal fato fica atestado pelo grande número de cartas enviadas pela população em geral, ao Senado, à Câmara ou à Sua Majestade, relativas às valas, durante este período.

Estas cartas perfazem um número superior a trinta, encontram-se no Arquivo Geral da Cidade e são excelentes fontes sobre o tema. Aqui será apresentado um número reduzido delas, com o objetivo de mostrar as principais temáticas que abordam e seus desdobramentos.

3. MANIFESTAÇÕES DA POPULAÇÃO CARIOCA ACERCA DA QUESTÃO DAS ÁGUAS E ESGOTO

OS ENCARREGADOS DAS VALAS

Antes de se mostrar a relação da cidade com as valas é necessário entender como estas valas eram construídas e quem eram os responsáveis por sua realização. O trabalhador que primeiro atuava era o arquiteto do Senado. Cabia a ele vistoriar as terras em que seria construída a vala, traçar o plano no qual ela seria construída e, por fim, alinhá-la. Um bom exemplo das funções do arquiteto fica claro na seguinte carta, enviada por um deles ao Senado:

“Principia a abertura da dita vala da frente das casas de Salvador de Tal Quintam, lhe atravessando a estrada, e procurando em linha reta, (...), que servira a dita vala nova para esgoto das águas que descem das pedras de Nossa Senhora da Glória e da estrada Real, encaminhando as águas da dita vala até a vala real”⁵.

Outros que desempenhavam função crucial para a construção da vala eram os mestres valadores. A sua função se apresenta apenas nas primeiras cartas do período que vai de 1808 a 1821, e que são relativas aos pagamentos a serem feitos a eles e que não foram concluídos pela administração anterior à vinda de D. João. A primeira carta analisada é a do mestre valador Antonio Batista, que assim inicia:

“Diz Antonio Baptista Coelho, que ele trabalhou na vala do mangue que vai ter em Mata-Porcos, cujo trabalho teve principio em 1805 até 1806, sendo procurador deste nobilíssimo Senado o cap. Leandro F. Feranco de Curi”.

5 Extrato da vala que se acha de abrir no caminho e estrada, que vai de Nossa Senhora até o Catete.

Nela o autor suplica ao Senado que pague seus encargos que a época assim foram combinados em cinco mil cento e vinte réis por braça de vala escavada. Atendendo às súplicas de Antonio Batista, o procurador encarregado destas questões, após receber a ordem por parte de Sua Majestade, ordena o pagamento do que lhe é devido.

Com esse pequeno fragmento procura-se mostrar dois fatos. O primeiro deles, da importância que era dada às valas, chegando elas a possuírem trabalhadores especializados em sua realização, os Mestres Valadores. Outro ponto para o qual se deve chamar a atenção é quem arcará, neste primeiro momento, com a dispendiosa tarefa de abrir as valas, expediente do qual não se encarregará a população, mas sim o governo, o que já fica claro com esta carta, mas que se verá com mais profundidade à frente. As cartas dos mestres valadores são poucas, pois buscam acertar os problemas causados pela mudança de administração, o que não se repetirá nos próximos anos. As cartas que vêm em seqüência são, em sua maioria, da população instando sobre diversos temas, conforme se verá a seguir.

AS CARTAS DA POPULAÇÃO

“Senhor,

Dizem os edificadores dos prédios que se estão construindo de novo no Bairro da Glória e Caminho do Catete, que representando ao Senado da Câmara a necessidade que havia de se abrir uma nova vala, para escoamento das águas que vem do morro da Pedreira, por terras da viúva do tenente coronel Antônio Cardoso Ramalho da qual nenhum prejuízo se causa a supra citada, antes é de utilidade absoluta ao Público, foi o mesmo Senado servido mandar proceder a vistoria, a qual se efetuou como consta o documento junto, sendo alinhada a dita vala pelo respectivo arquiteto, pelo mesmo Senado ter confirmado a utilidade que fazia aos requerentes, ao bem publico, porém sucede a supra citada não querer estar pelas determinações do Senado da Câmara e continua com embargos a obra dos representantes; e como Real Senhor, aos supra citados causa um grande prejuízo, ao entrarem em contestações de demandas, não só pelo prejuízo que lhe causa de já terem a

dita Vala principiada, mas também pelo prejuízo do bem Público, por isso não podem deixar de rogar a bem conhecida Grandeza de Vossa Majestade se digne em dar por efeito de benevolência seja válida e expectada a vistoria que o Senado da Câmara procedeu sem mais impedimento algum, visto ser justo, a bem dos supracitados, do público e não causará prejuízos à supracitada, portanto.

Rio de Janeiro, 1816” (Carta relativa à vala do Catete, 1816).

A primeira carta, que aqui se apresenta na íntegra, é o melhor exemplo de diversos fatos que se quer abordar. Em primeiro lugar, a importância das valas. O lugar onde esta está sendo construída é no bairro do Catete, sendo este ainda novo e tendo sua ocupação se iniciado nesta época, carecendo, portanto, de diversas obras de infra-estrutura, entre elas a vala. Julgando apenas o que está contido na carta, esta vala serviria somente para dar escoamento às águas da chuva e, ao menos à primeira análise, não seria utilizada para os dejetos. Esse escoamento das chuvas se fazia necessário, uma vez que estavam sendo construídas habitações e aquelas, por não estarem canalizadas, arrasariam as construções. Contudo, é necessário analisar a recusa da proprietária do terreno por onde a vala passaria. Não sabemos se só o fazia por implicância aos edificadores ou pelas conseqüências que a vala traria para o seu terreno. Logo, é possível conjecturar que a referida vala também seria usada para carregar os dejetos, fato esse muito comum.

Outro ponto de profunda importância que se encontra nessa carta são os papéis desempenhados pela população, pelo Senado e por Sua Majestade. O papel da primeira é evidente, já que é de uma parcela dela que sai a carta, pedindo pela realização de benfeitorias, no caso a permissão para a construção da vala. No entanto, esta não será feita pelo Senado nem por Sua Majestade, como era inicialmente e conforme já foi mostrado, mas sim, nesse caso, pelos próprios edificadores. Coube ao Senado apenas a parte técnica, que incluiu a vistoria do terreno, o alinhamento da vala – o que foi feito pelo arquiteto do Senado –, a confirmação da necessidade da construção e, por fim, a liberação da obra. Ficou a cargo, neste caso, de Sua Majestade a resolução desta pequena desavença entre vizinhos. O que fica claro com isto é que a Câmara, que outrora concorria com todos os passos da construção da vala, passa a ter um caráter secundário, já que agora se tem a figura do monarca para resolver esta pendência. O final desta contenda encontra-se em outra carta dirigida ao mesmo Senado.

“Dizem os edificadores dos prédios do caminho do Catete que tendo Sua Majestade expedido aval sobre a vala do dito caminho o 1º em 9 de janeiro e o 2º em 30 de março do presente ano, como consta no copiadador das reais ordens neste Senado a folhas do 27º se acha no segundo requerimento em que sua majestade manda que vossas excelências informem o conteúdo da mesma para que assim se execute, portanto, os supracitados” (ibid.).

1816
Valle Catete

Senhor

34



Summa de Especificadores dos Predios
 que se estáo reconstruindo de novo no Bairro da Pina, e Cami-
 nha de Catete, que se requerendo ao Sumado da Camara a
 necessidade de se fazer de novo uma nova Planta para expre-
 cao das terras que vem do nome do Caburo, por terras da
 Chica de Almeida Coronel Antonio Cardoso Namalho da
 qual nenhum processo se cauza a S. Magestade, antes he desobediencia
 de absoluta a S. Magestade, por o mesmo Sumado sendo mandado
 proceder a S. Magestade, a qual se effectou como consta do Docu-
 mento junto, sendo alinhada a Planta pelo Visconde
 de Albuquerque, pelo mesmo Sumado ter confirmado a autoridade
 que foria ao requerente, ao bem publico, por o mesmo Sumado
 da S. Magestade, nas que se estáo pela S. Magestade do Sumado
 da Camara, e continua com embargo a obra do re-
 querente, e como Real Senhor ao S. Magestade
 causa hum grande prejuizo, e entrarem em contestacao
 de direitos, nao se pelo processo que lhe cauza de ja
 terem solta a Planta por o mesmo Sumado, mas tambem, pelo
 prejuizo do bem publico, por o mesmo Sumado de se
 pagar a bem conhecida S. Magestade da Casa da
 S. Magestade, e de se pagar por effectos de bene-
 ficio de S. Magestade, e de se pagar a S. Magestade q. o mesmo
 da S. Magestade, por o mesmo Sumado, e de se pagar a S. Magestade
 esta em justo, ao bem publico, e ao bem publico, e ao bem publico
 prejuizo a S. Magestade, e ao bem publico, e ao bem publico

Carta relativa à vala do Catete (acervo AGCRJ).

Ao Senado não restava apenas a função de construir, ou de autorizar a construção. Cabia a ele também cuidar da manutenção da vala e coibir as irregularidades. Duas cartas mostram exatamente isso. A primeira, que parte da população, apresenta o problema por que passa a vala. A segunda é a resolução do arquiteto para esta contenda.

“Dizem os moradores do Rocio da Cidade Nova, que do lado direito da vala se acha edificada a casa de Luis Pereira de tal, e que tendo este o officio de vender madeira, tem posto um grande prejuízo na dita vala, porque arrastando as balsas de madeira desde a ponte de Mata-porcós, tem escalavrado de um lado e de outro a vala, que se acha quase rasa com lugar destinada as caldeiras, tem feito com o trafico das suas madeiras rombos na praça, (...) por conseqüência estourado o lugar da dita caldeira, que se acha ao nível do maior terreno...” (Carta relativa às Valas da Cidade, 1830).

“A vala de que trata este requerimento não é vala, mas sim canal, feito bem ou mal para a condução de gêneros para dentro da cidade, e a condução por ele de barcas ou balça de madeira, não pode em nada ter concorrido para a ruína do dito canal as chuvas e a maré no seu fluxo e refluxo é que tem de feito os lados, pois que são de terra e por isso o referido canal se acha raso; pelo que no a caldeira quem fez o requerimento não sabe o que é isso, é porque naquele sitio nunca houve caldeira, nem há intenções dela se fazer. Pelo que diz respeitos as águas irem arruinando a Praça é verdade porque dela se tem tirado areia para diferentes obras, sendo uma delas a Praça dos Foeiros, e como as águas acham mais baixo o centro da praça, acodem ali e no fim da dita junto do canal tem feito sua escavação, mas esta seria maior se a madeira a que se atribui a ruína não obstasse a ser tão veloz a correnteza das águas das enxurradas das ruas que desembocam na praça, e as pedras que o supra citado tem deitado na escavação, pra desviar a corrente das ditas águas ; finalmente este é dos requerimentos urdidos pelo desejo de fazer mas como se deve enferir por não apreciar nele outro nome mais que o daquele em quem se quer dar: é o que a semelhante respeito posso dizer a vossa excelência.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1820.

José Joaquim Sant’Anna” (ibid.).

Como se pode ver, coube ao Senado averiguar a denúncia da população e enviar um arquiteto ao local, de modo a constatar se a reclamação procedia ou não. Neste caso, a queixa não correspondia à verdade, segundo o arquiteto, mas caso correspondesse caberia ao Senado ordenar medidas visando a manutenção da vala.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, são ressaltadas várias das questões discutidas ao longo do artigo. A primeira delas trata dos problemas relativos à obtenção de água potável e que continuam atuais, tanto no Rio de Janeiro como no Brasil. Se hoje em dia as secas e as dificuldades de obtê-la ainda atormentam milhares de brasileiros, o mesmo ocorria no Rio de Janeiro dos séculos passados e foram as obras realizadas pelo povo e pelo poder público, para uma melhora na sua obtenção, que permitiram que a habitação da cidade se tornasse viável e se concretizasse.

Assim como alguns problemas, infelizmente, algumas soluções e hábitos ainda continuam atuais. Se hoje em dia os “tigres” se tornaram caricaturas daquela época e conferem um caráter pitoresco quando não cômico, o mesmo não se aplica às valas. Conforme foi mostrado, no Rio de Janeiro oitocentista elas eram consideradas uma grande revolução sanitária, pois solucionavam um grave problema da cidade, que era o escoamento não só das águas, mas dos dejetos. Passados duzentos anos, elas ainda são realidade para inúmeras pessoas em bolsões de miséria de todo o mundo, e não apenas do Brasil. Na cidade, elas ainda se encontram presentes em diversas comunidades, sendo, como no passado, a única forma de dar despejo ao lixo e aos dejetos.

Outro ponto crucial do artigo se concentra nos problemas causados à população pela precariedade do saneamento e do escoamento dos dejetos. Assim como nos dias de hoje, bastava uma chuva um pouco maior do que o esperado para que os rios e as valas transbordassem e as casas próximas fossem totalmente inundadas. Tal como hoje, as pessoas perdiam grande parte de seus bens e estavam sujeitas a uma série de doenças, sendo que muitas dessas continuam a existir na cidade, não tendo sido erradicadas.

Se por um lado esses problemas eram gravíssimos, por outro não faltavam vozes para tentar solucioná-los. Neste artigo, foram utilizados apenas os relatos dos médicos Antonio Joaquim de Medeiros, Bernardino Gomes e Manuel Joaquim Marreiros, e o do engenheiro João Manuel da Silva. Mas, como eles, existiram vários outros que tentavam melhorar as condições de vida dos habitantes e que propuseram uma série de soluções.

No entanto, um dos pontos principais do artigo é mostrar a relação entre o povo e o poder público na questão das águas e de que maneira eles atuaram nessa questão. Conforme foi mostrado, as principais obras de que necessitava a cidade, como o aqueduto da Carioca, eram assaz caras para que a população as fizesse e, portanto, foram realizadas praticamente todas com o capital público. Outras, como as valas, eram realizadas conjuntamente, algumas eram feitas praticamente em sua totalidade com o dinheiro do Senado, outras eram feitas pelo povo, cabendo ao Senado a função de apenas fiscalizar.

Por último e, também, o ponto mais importante, é a relação de tudo o que foi abordado neste artigo com a Família Real. O presente estudo não se preocupou em abordar somente o que a Família Real ou D. João VI fez para a cidade, que obras foram realizadas por ele e que tiveram o intuito de sanear a cidade. O mais importante a ser analisado é de que maneira a vinda da Família Real para o Brasil, e a conseqüente instalação da capital do império lusitano no Rio de Janeiro modificaram a cidade e geraram conseqüências na problemática da água. Tais fatos podem ser vistos de diversas maneiras, tanto no aumento de habitações e no conseqüente aumento das valas, quanto na destruição de pântanos que impediam a cidade de se expandir, ou no aumento de chafarizes e de fontes pela cidade, visando uma melhor distribuição do abastecimento de água. Todos esses eventos estão direta ou indiretamente ligados à Família Real. Se esta concorreu ou não é uma outra análise a ser feita, pois existiram casos em que o rei teve papel principal, seja resolvendo contendas ou ordenando a instalação de valas, e outros em que ele teve um papel de espectador, cabendo muito mais ao Senado as decisões. Um fato, porém, é inegável: a presença da Família Real no Rio de Janeiro provocou muitas mudanças na cidade, seja por um aumento do contingente populacional, seja pela necessidade de atenuar a insalubridade reinante e tornar a cidade mais adequada à sua nova função de capital do império português.

Fontes

Documentos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

SILVA, João Manuel, "Regime das Águas. (CÓDICE 39-1-36: Águas na Cidade do Rio de Janeiro -1811).

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830)

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Despesas, Vala do Mangue, 1808

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Extrato da vala que se acha de abrir no caminho e estrada, que vai de Nossa Senhora até o Catete.

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Vala Catete, 1816.

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Valas da Cidade 1820.

O Patriota, 1813.

Bibliografia

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98.

GOMES, Laurentino, 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

KURY, Lorelai. Descrever a Pátria, Difundir o Saber. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

MACHADO, R.; MURICY, K.; LUZ, R. & LOUREIRO, A. *Danação da norma - medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RESUMO

Este artigo pretende discutir a questão das águas, seja a obtenção de água potável, seja o escoamento das águas pluviais, bem como dos dejetos, na cidade do Rio de Janeiro, no período em que a Família Real aqui esteve.

A essa época, a cidade do Rio de Janeiro era, segundo relatos médicos, insalubre, úmida, quente, abafada. A construção de chafarizes e aquedutos, a abertura de canais e valas foram algumas das estratégias adotadas, tanto pela população, quanto pelos governantes, para melhorar a condição insalubre da cidade. Para essa análise são utilizadas cartas, jornais, relatórios médicos, relatos de viajantes, bem como obras historiográficas sobre o período.

Palavras-chave: **sistema de águas, saneamento, Rio de Janeiro, século XIX**

ABSTRACT

This article intends to discuss matters related to water, either in obtaining drinking water, or drainage of rainwater and sewage in Rio de Janeiro, during the period the Portuguese royal family was established there.

At that time, accordingly to medical reports, the city was unhealthy, humid and hot. The construction of fountains and aqueducts and the opening of canals and channels were some of the strategies used both by the people and the government to improve the city's sanitary conditions. Contemporary letters, newspapers and medical reports were used to make this analysis, as well as traveler's journals and historical works.

Key-words: **Water system; sanitation; Rio de Janeiro; nineteenth century**